



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**SIGILO:** (    ) SIM    ( X ) NÃO

<b>Órgão que será atendido pelo estudo:</b>	Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
<b>Objeto:</b>	Chamamento Público visando o credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Borrazópolis – PR.

### 1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei n.º 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a nova lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

Nos termos do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância à normas vigentes e aos princípios que regem a administração pública.

## 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A motivação da necessidade do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, encontra-se pormenorizada em tópico específico no Documento de Formação de Demanda - DFD.

Assim, uma a vez que a necessidade da contratação já foi devidamente justificada, desnecessária a maior extensão destas linhas, reportando-me, por brevidade, à fundamentação *supra*.

## 3. PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços é o procedimento por meio do qual se busca o valor de referência em processos de licitação. A Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021) faz remissões à estimativa de custos como baliza procedimental necessária nas licitações públicas.

E, especificamente, o artigo 18, § 1º, inciso VI, da referida lei, aduz que:

*Art. 18. (...).*

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

*(...);*

*VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Não obstante, o art. 23 dispõe que “o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”.

Conforme dispõe o art. 31 da Lei n.º 14.133/2021:

*Art. 31. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.*

*§ 1º Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.*

Desta forma, considerando a possibilidade de o processo ser realizado através de leiloeiro oficial ou servidor designado, durante o levantamento de mercado, analisou-se a forma como outros órgãos realizam contratações para atender demandas similares, procurando verificar dentre as soluções existentes qual melhor se compatibiliza com as necessidades e realidade da Prefeitura Municipal. Também se levou em consideração a Nota Técnica n.º 12/2024, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual orienta acerca da contratação de leiloeiros.

Em primeiro momento, pode-se concluir que a designação de servidor pode ser considerada menos onerosa, uma vez que o mesmo já é remunerado devido ao seu vínculo com a Administração. Contudo, por outro lado, além da expertise, os serviços de leiloeiro oficial podem dar mais visibilidade à alienação, culminando no recebimento de mais propostas e em um resultado mais vantajoso.

Desta forma, considerando a chance de maior retorno econômico para a Administração, em caso de contratação do leiloeiro oficial, entende-se ser essa a melhor solução.

No que se refere ao percentual da Comissão do Leiloeiro, o Decreto n.º 21.981/1932 prevê que:

*Art. 24. A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender, eles estabelecerem com os comitentes. Em falta de estipulação prévia, regulará a taxa de 5%*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

*(cinco por cento), sobre moveis, mercadorias, joias e outros efeitos e a de 3 % (três por cento), sobre bens imóveis de qualquer natureza.*

*Parágrafo único. Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados.*

*Art. 42. Nas vendas de bens moveis ou imóveis pertencentes á União e aos Estados e municípios, os leiloeiros funcionarão por distribuição rigorosa de escala de antiguidade, a começar pelo mais antigo.*

*(...).*

*§ 2º Nas vendas acima referidas os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24, correndo as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões por conta da parte vendedora.*

Ademais, considerando, ainda, a Decisão acerca do processo @REP 21/00488591, que trata de representação interposta por leiloeiros oficiais perante o Tribunal de Contas de Santa Catarina, informando supostas irregularidades no Processo Licitatório n.º 35/2021, da Prefeitura de Guarujá do Sul.

*“Não há ilegalidade no edital que estabelece percentual de comissão inferior aos 5,00% previstos no parágrafo único do art. 24 do Decreto n. 21.981/32, pois é contrária à lógica constitucional da contratação por meio de licitação, da escolha da proposta mais vantajosa e da ampla competitividade o estabelecimento de um percentual mínimo de comissão devida.”*

Desta forma, à luz do arcabouço normativo aplicável e em observância aos princípios que regem as contratações públicas, notadamente os da legalidade, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, define-se como parâmetro para a remuneração do Leiloeiro Público Oficial o percentual incidente sobre o valor do bem arrematado, cuja responsabilidade de pagamento recairá sobre o arrematante, nos termos do art. 24 do Decreto n.º 21.981/1932.

Outrossim, estabelece-se como critério de julgamento o maior desconto a ser ofertado pelos interessados sobre o percentual máximo de comissão admitido pela legislação de regência, tomando-se como referência os limites previstos no referido diploma normativo. Tal sistemática visa assegurar a ampliação da competitividade entre os profissionais credenciados, bem como a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública, sem prejuízo da adequada remuneração do serviço prestado.

A adoção desse critério mostra-se compatível com o disposto no art. 31, §1º, da Lei



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

n.º 14.133/2021, além de alinhar-se ao entendimento consolidado pelos órgãos de controle, no sentido de que a fixação de percentuais inferiores aos limites máximos legais não afronta o ordenamento jurídico, mas, ao contrário, prestigia o interesse público ao possibilitar a redução dos custos indiretos da alienação.

Dessa maneira, a definição do percentual de comissão vinculada ao teto legal revela-se medida juridicamente adequada, tecnicamente justificável e alinhada às boas práticas administrativas, garantindo transparência, isonomia entre os interessados e maximização dos resultados econômicos auferidos com a alienação dos bens públicos.

## 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021).

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme prevê inciso XIII, do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021, porquanto seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

Sendo assim, considerando a necessidade da contratação do objeto e a análise de mercado realizada, foram encontradas as seguintes soluções:

**a) Alternativa 01:** Realização do leilão por servidor designado pela Administração:

A legislação admite a possibilidade de que o leilão seja conduzido por servidor público designado pela autoridade competente, contudo, no caso da Prefeitura Municipal de Borrazópolis, não há servidores com qualificação técnica e experiência necessárias para desempenhar essa função, soma-se a isso a inexistência de estrutura física e tecnológica apropriada, como sistemas informatizados de leilão eletrônico, infraestrutura de divulgação e mecanismos de segurança operacional, inviabilizando a realização eficiente e transparente do procedimento com recursos próprios da Administração.

**b) Alternativa 02:** Credenciamento de leiloeiro oficial:

O credenciamento está previsto na Lei n.º 14.133/21 como um procedimento auxiliar, definido como processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: Regulamento*

*I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;*

*II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;*

*III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.*

A primeira hipótese de credenciamento, paralela e não excludente, se configura como uma solução viável, pelos argumentos expostos a seguir.

## **Paralelo e não excludente:**

O credenciamento em regime paralelo e não excludente permite a habilitação de múltiplos Leiloeiros Públicos Oficiais, possibilitando sua atuação simultânea na condução de leilões destinados à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis desafetados. Tal sistemática evita a dependência de um único profissional, conferindo maior flexibilidade e segurança à Administração Pública.

Esse modelo amplia a capacidade operacional do Município, assegurando maior agilidade na realização dos leilões e garantindo a continuidade dos procedimentos, especialmente diante de demandas elevadas, necessidade de realização de múltiplos certames ou eventuais indisponibilidades de leiloeiros.

Além disso, o credenciamento paralelo contribui para o aumento da competitividade e da eficiência dos leilões, na medida em que possibilita a seleção do profissional mais adequado para cada situação específica, favorecendo melhores resultados financeiros e maior alcance de interessados, em consonância com o interesse público.

Esse modelo permite o acionamento de diferentes Leiloeiros Públicos Oficiais conforme a necessidade da Administração, as características específicas de cada leilão ou a disponibilidade imediata dos profissionais, evitando descontinuidade na realização dos certames e adequando a prestação dos serviços à dinâmica da gestão patrimonial do Município.

Pelo exposto, é viável que seja adotado como solução para o objeto o credenciamento na hipótese paralela e não excludente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## **Critério de terceiros:**

Na segunda hipótese de credenciamento com seleção a critério de terceiros, não se mostra viável o pleno atendimento ao objeto pretendido, considerando a abrangência e as especificidades inerentes à prestação de serviços de leiloaria pública.

A condução de leilões destinados à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis envolve uma série de etapas técnicas e operacionais, que variam conforme a natureza, o valor e as características dos bens a serem alienados. A definição de critérios de escolha por terceiros pode comprometer a padronização, a eficiência e a adequada condução dos certames.

Além disso, a atividade de leiloeiro exige não apenas habilitação legal, mas também estrutura tecnológica, capacidade de divulgação, organização logística e experiência na condução de leilões presenciais e/ou eletrônicos. Tais fatores tornam inadequada a adoção de um modelo em que a seleção do profissional não esteja diretamente vinculada aos critérios objetivos definidos pela Administração.

Dessa forma, a escolha dos leiloeiros deve permanecer sob a gestão da Administração Pública, mediante critérios previamente estabelecidos em edital complementar, de modo a garantir a observância dos princípios da isonomia, eficiência e interesse público, bem como a adequada execução dos serviços.

Embora possa se configurar em uma alternativa viável para algumas contratações em determinadas circunstâncias, é fato que o instituto do credenciamento acaba funcionando em uma lógica diametralmente oposta à lógica dos serviços em questão. Melhor explicando, o município realizara uma de aglutinação de demandas, e de consequente ganho de escala frente ao mercado; lado outro, o credenciamento acaba por pulverizar a demanda no mercado. Assim é que em determinadas circunstâncias, o credenciamento pode servir a cobertura de situações específicas e determinadas em algumas áreas, mas esta não é a realidade do objeto em apreço.

## **Mercados fluídos:**

A terceira hipótese de credenciamento, em mercados fluídos, não se aplica ao objeto deste ETP, tendo em vista que este tipo de credenciamento se aplica a flutuação constante do valor da prestação dos serviços e das condições de contratação, ou para produtos com forte sazonalidade e produtos com forte influência do mercado externo.

**c) Alternativa 03:** Pregão, com adoção do critério de julgamento baseado no maior desconto

Realização do leilão por intermédio de Leiloeiro Público Oficial mediante licitação na modalidade pregão, com adoção do critério de julgamento baseado no maior desconto sobre as comissões a serem cobradas. Contudo, indo em contramão ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que referido dispositivo, não passível de redução, reconhecendo-fixa percentual



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

mínimo obrigatório se ao Decreto n.º 21.981/1932 natureza de lei especial, prevalente sobre normas gerais.

Nesse sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FALÊNCIA. LEILÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE REDUZIU A COMISSÃO DE LEILOEIRO PARA 2% (DOIS POR CENTO). ART. 884, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ART. 24, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO 21.981/1932. NATUREZA DE LEI ESPECIAL. **VALOR MÍNIMO DE 5% (CINCO POR CENTO). ART. 7º, CAPUT, DA RESOLUÇÃO CNJ 236/2016. 1. 'A expressão 'obrigatoriamente', inserta no § único do art. 24 do Decreto-lei nº 21.981/32, revela que a intenção da norma foi estabelecer um valor mínimo, ou seja, pelo menos cinco por cento sobre o bem arrematado'** (Quinta Turma, REsp 640.140/RS, Rel. Ministro Gilson Dipp, unânime, DJU de 6.3.2006). 2. Jurisprudência do STJ que reconhece a índole de lei especial ao Decreto 21.981/1932, para dispor sobre o percentual mínimo da comissão do leiloeiro, percentual mínimo este também determinado pelo art. 7º, caput, da Resolução CNJ 236/2016. 3. Recurso ordinário provido para conceder a segurança." (RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 65.084 - SP (2020/0302796-5)).*

Entendimento, esse que embora a Lei n.º 14.133/2021 autorize a contratação de leiloeiro pelo critério de maior desconto (art. 31, §1º), tal previsão não afasta, em análise preliminar, a observância do percentual mínimo legalmente imposto ao arrematante, sob pena de violação à hierarquia das normas e ao princípio da legalidade estrita.

Por essas razões, evidencia-se a inviabilidade, neste momento, da adoção da alternativa baseada exclusivamente no critério de maior desconto sobre a comissão, devendo a Administração optar por solução que observe, de forma estrita, os parâmetros legais estabelecidos, resguardando-se, assim, a segurança jurídica do certame e o interesse privado envolvido.

Com bases nas diretrizes acima, foram ponderadas as soluções encontradas no mercado a fim de demonstrar, de forma objetiva, qual delas é a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

A respeito do tema, colhe-se ementa de aresto ilustrativo proferido nos Acórdãos de n.ºs 2383/2014 e 214/2020, do Plenário do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**:

*A Administração, por ocasião do planejamento de suas contratações, deve identificar, previamente à elaboração das especificações técnicas e à*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

*cotação de preços, um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que possam atender completamente suas necessidades, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.*

Para a comparação, foram considerados os custos e benefícios durante o ciclo de vida do objeto (melhor relação custo-benefício), em respeito ao art. 44, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

No levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, a Administração, dentre outras opções, considerou contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como consulta com potenciais contratadas para coleta de contribuições e demais aspectos de logísticas menos onerosas ao Ente, para identificar e mitigar as inconsistências ocorridas na fase do Planejamento da Contratação.

Destarte, a Solução Escolhida:

É a contemplada na **Alternativa 02**, Credenciamento, na forma paralela e não excludente, que se revela como a medida mais adequada para o atendimento das necessidades da Administração Municipal, considerando a natureza dinâmica, eventual e técnica dos serviços de leiloaria pública a serem prestados.

A adoção do credenciamento paralelo permite que todos os Leiloeiros Públicos Oficiais que atendam aos requisitos técnicos, jurídicos e fiscais previamente estabelecidos sejam habilitados, formando um rol ampliado de profissionais aptos à execução do objeto. Essa sistemática assegura maior flexibilidade administrativa, amplia a capacidade operacional do Município e reduz riscos de descontinuidade na realização dos leilões.

Diferentemente dos modelos competitivos tradicionais, nos quais há a seleção de apenas um ou de número limitado de contratados, o credenciamento não excludente possibilita a atuação simultânea de múltiplos leiloeiros, evitando a vinculação da Administração a um único profissional e permitindo o atendimento das demandas conforme sua ocorrência. Tal característica é especialmente relevante diante da possibilidade de realização de diversos leilões ao longo do tempo, com diferentes níveis de complexidade e volumes de bens.

O modelo adotado também se mostra vantajoso sob o aspecto econômico, uma vez que a remuneração do leiloeiro, em regra, é suportada pelos arrematantes, não gerando ônus direto ao erário, ao mesmo tempo em que estimula maior competitividade e potencial de arrecadação nos certames.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Além disso, a solução encontra respaldo na sistemática prevista na Lei n.º 14.133/2021, que admite o credenciamento como procedimento auxiliar aplicável às contratações em que a Administração pretende habilitar todos os interessados que atendam às condições estabelecidas, especialmente em contextos de demanda variável e não excludente.

Assim, demonstrada a compatibilidade da solução com o interesse público, a eficiência administrativa e a necessidade de assegurar a adequada condução dos procedimentos de alienação de bens públicos, conclui-se que o credenciamento constitui a alternativa mais adequada, viável e juridicamente segura para a consecução do objeto pretendido.

## 5. REFERÊNCIA AO PLANO ANUAL DE COMPRAS

Face a não existência do Plano Anual de Compras no Município de Borrazópolis/PR, não há indicação desta contratação no Plano.

Considerando a não existência de plano anual de compras, no tocante a contratação objeto do presente estudo, informe-se: A previsão de compras do objeto deste ETP está contemplada no PPA 2025/2028, LDO 2025 e LOA 2025 deste município, conforme declaração emitida e assinada pelo Contador do Município, a qual segue como documento anexo ao ETP.

## 6. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

### **Requisitos legais e regulatórios:**

Registro da empresa: a empresa deve estar devidamente registrada e licenciada conforme as normas locais, estaduais e federais.

Estabilidade financeira: prova de estabilidade financeira e capacidade de cumprir com os contratos.

Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

Atender a esses requisitos para garantir uma parceria confiável, eficiente e de qualidade no fornecimento de materiais de construção.

Ser pessoa jurídica e que explore ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas no certame.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Ter capacidade técnica para prestar os serviços de acordo com as necessidades do contratante no que diz respeito a qualidade e padronização;

## 7. DO CREDENCIAMENTO

Preceitua o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 a obrigatoriedade de as contratações públicas serem antecedidas de processo licitatório, por meio do qual o administrador escolherá a proposta mais vantajosa ao interesse público, *in verbis*:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...);*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

É sabido que a Administração Pública pode alcançar o objeto pretendido por meio da execução indireta, modalidade que se caracteriza pela necessidade de contratação de terceiros para a prestação de serviços ou fornecimento de bens indispensáveis ao atendimento das demandas institucionais. Tal medida torna-se especialmente necessária quando inexitem, no quadro de servidores efetivos do Município, profissionais legalmente habilitados e tecnicamente qualificados para a adequada execução do objeto previsto neste Estudo Técnico Preliminar.

Nesse contexto, a contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais revela-se como a alternativa mais adequada, eficiente e juridicamente segura, permitindo à Administração assegurar a execução dos serviços com o nível de qualidade técnica exigido, em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis. Ademais, a execução indireta possibilita a seleção de profissionais com experiência comprovada, estrutura operacional e capacidade de divulgação, fatores essenciais para o êxito dos certames e maximização da arrecadação.

Importa destacar que a tentativa de execução direta, além de inviável diante da ausência de profissionais habilitados, poderia comprometer a regularidade administrativa, a qualidade dos resultados pretendidos e a segurança das atividades envolvidas. Assim, a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

adoção da execução indireta não apenas se mostra necessária, mas também plenamente alinhada ao planejamento institucional e às boas práticas de gestão pública, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a efetiva satisfação do interesse coletivo.

Dessa forma, para o atendimento da presente demanda no momento, visualizou-se a melhor opção disponível no mercado, que é justamente a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços objeto deste estudo, seja realizada através de um processo de credenciamento, com fulcro no Art. 74, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

O art. 74, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021 fala diretamente da hipótese da inexigibilidade para a contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento, vejamos:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*(...)*

*IV - Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;*

Ressalte-se que o art. 6º, XLIII, da Lei n.º 14.133/2021 nos traz a definição de credenciamento, vejamos:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

*XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;*

Nesse sentido, o Credenciamento é uma forma de contratação direta denominado como “procedimento auxiliar de licitação” pelo art. 78 da Lei 14.133/2021, que prevê a possibilidade de contratação sem licitação prévia, nos casos em que exista inviabilidade de competição. Tal procedimento auxiliar se dá no âmbito do órgão que faz um Chamamento Público, com parâmetros a serem seguidos e observados por todos os que queiram participar, ficando abertos para todos os interessados e a todo tempo, inviabilizando assim, a abertura de licitação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

No inciso I do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021 o legislador estabeleceu a hipótese de utilização do credenciamento que se aplica ao objeto deste instrumento, vejamos:

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:*

*I - **paralela e não excludente**: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas; (Negritei)*

No caso em análise, a adoção do referido fundamento legal mostra-se pertinente diante da natureza técnica e especializada dos serviços pretendidos, bem como da necessidade de assegurar que os futuros contratados possuam capacidade comprovada para atender às exigências normativas e operacionais aplicáveis. Dessa forma, busca-se reduzir riscos de inadimplemento, garantir a continuidade da prestação dos serviços e promover maior segurança jurídica e administrativa ao procedimento licitatório.

Diante do exposto, resta devidamente demonstrada a necessidade de adoção da execução indireta como meio legítimo e adequado para a consecução do objeto pretendido, em razão da inexistência de capacidade técnica instalada no âmbito do quadro funcional do Município. A contratação de empresa especializada, além de atender às exigências legais aplicáveis às contratações públicas, assegura maior eficiência operacional, qualidade na prestação dos serviços e mitigação de riscos administrativos e técnicos.

Conclui-se, portanto, que a solução proposta encontra pleno amparo nos princípios que regem a Administração Pública e na legislação vigente, configurando-se como medida necessária, proporcional e alinhada ao interesse público, garantindo a efetiva satisfação da demanda apresentada e a adequada utilização dos recursos públicos.

## 8. DO CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

O critério de distribuição da demanda adotado no presente procedimento será o **sorteio entre os Leiloeiros Públicos Oficiais devidamente credenciados**, o qual será formalizado por meio de **edital complementar**, assegurando a observância de critérios objetivos previamente definidos. Tal sistemática respeitará a ordem equitativa de designação, garantindo tratamento isonômico entre os participantes e plena transparência na escolha do profissional responsável por cada leilão.

Tal sistemática mostra-se adequada à natureza do credenciamento, uma vez que todos os credenciados, ao atenderem aos requisitos técnicos, jurídicos e operacionais previamente estabelecidos, encontram-se aptos à execução dos serviços em condições





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

padronizadas. Dessa forma, o sorteio configura mecanismo objetivo, imparcial e eficiente para a distribuição das demandas, afastando subjetividades e garantindo igualdade de oportunidades entre os profissionais habilitados.

Com isso, assegura-se que a designação dos leiloeiros ocorra de forma transparente e alinhada ao interesse público, permitindo à Administração distribuir os leilões de maneira equilibrada, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

Ressalta-se que, embora cada leilão apresente características próprias quanto à natureza e ao volume dos bens a serem alienados, os requisitos de habilitação estabelecidos no credenciamento asseguram que todos os Leiloeiros Públicos Oficiais estejam aptos, com capacidade técnica e estrutura adequada para a condução dos certames. Dessa forma, mostra-se plenamente viável a adoção do sorteio, a ser realizado por meio de edital complementar, como critério objetivo de distribuição da demanda.

Além disso, a utilização desse critério contribui para a continuidade e regularidade dos procedimentos de alienação de bens públicos, permitindo que a Administração disponha de múltiplos leiloeiros aptos, os quais poderão ser convocados conforme a necessidade, observados os parâmetros estabelecidos no edital e no termo de referência. Tal modelo promove maior eficiência operacional, racionalização dos recursos públicos e ampliação da competitividade.

Destaca-se, ainda, que a não concentração das demandas em um único profissional revela-se medida mais vantajosa à Administração, uma vez que amplia a participação, distribui oportunidades de forma equânime e reduz riscos operacionais, garantindo maior segurança na execução dos serviços.

Dessa forma, considerando que o objeto possui padrões de qualidade e desempenho previamente definidos e que os credenciados atendem a requisitos uniformes de habilitação, justifica-se a adoção do sorteio como critério de distribuição da demanda, por se tratar de mecanismo isonômico, transparente e compatível com a natureza do credenciamento.

## 9. DA AMPLA CONCORRÊNCIA

A definição do regime de participação no presente Chamamento Público deve observar, primordialmente, a natureza da contratação pretendida, bem como as particularidades do objeto. No caso em análise, trata-se de credenciamento de leiloeiros oficiais, cuja remuneração não será suportada diretamente pela Administração Pública, inexistindo, portanto, dispêndio financeiro direto ou valor estimado da contratação a ser considerado para fins de enquadramento em faixas ou limites legais.

Diante dessa peculiaridade, não se mostra juridicamente adequada a imposição de restrições à participação, seja por meio de delimitação de porte empresarial, seja pela



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**

## **ESTADO DO PARANÁ**

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

aplicação de tratamentos diferenciados vinculados a valores estimados de contratação, uma vez que tais parâmetros não se aplicam à hipótese de credenciamento em questão.

Ademais, o instituto do credenciamento, por sua própria natureza, pressupõe a possibilidade de habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos pela Administração, inexistindo competição direta excludente, mas sim a formação de um rol de profissionais aptos à prestação do serviço quando demandados.

Nesse contexto, a adoção da ampla concorrência revela-se medida que melhor se coaduna com os princípios da isonomia, da impessoalidade e da busca pela proposta mais vantajosa, além de ampliar o universo de participantes, fomentando maior transparência e eficiência na condução dos futuros leilões.

Ressalta-se, ainda, que a inexistência de ônus financeiro direto para a Administração reforça a necessidade de maximização da participação, permitindo que o Município disponha de um maior número de leiloeiros credenciados, o que pode contribuir para melhores resultados nas alienações, em razão da diversidade de estratégias, experiências e capacidade de alcance de mercado desses profissionais.

Dessa forma, considerando a ausência de valor estimado para a contratação, bem como a natureza do credenciamento pretendido, conclui-se pela adoção da ampla concorrência, possibilitando a participação de todos os leiloeiros oficiais que atendam às exigências editalícias, sem restrições indevidas. Tal medida assegura a observância dos princípios que regem a Administração Pública, amplia a competitividade em sentido amplo e contribui para a obtenção de resultados mais vantajosos para o interesse público municipal.

## **10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

A análise acerca do parcelamento da solução deve considerar a natureza do objeto, a viabilidade técnica, a eficiência administrativa e a ampliação da competitividade, conforme preconiza a legislação de contratações públicas. No presente caso, verifica-se que a solução não se apresenta como parcelável em termos de fracionamento do objeto, uma vez que os serviços a serem prestados referem-se à condução integral de leilões públicos, atividade que demanda atuação coordenada e centralizada por parte de um único Leiloeiro Público Oficial por certame.

Entretanto, sob a ótica da execução, a solução admite pluralidade de prestadores por meio do credenciamento em regime paralelo e não excludente, permitindo a habilitação de múltiplos leiloeiros aptos à execução do objeto. Tal sistemática possibilita à Administração distribuir os leilões conforme a demanda, por meio do critério objetivo (sorteio) através de edital complementar, sem comprometer a unidade e a eficiência de cada procedimento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Dessa forma, embora não haja parcelamento do objeto em si, verifica-se a viabilidade de ampliação da competitividade por meio do credenciamento, assegurando a participação de diversos profissionais habilitados, promovendo maior flexibilidade administrativa, evitando a concentração das demandas e garantindo melhores resultados na alienação dos bens públicos.

## 11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – OBJETO TÉCNICO

A presente contratação tem por objeto o credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, devidamente habilitados na forma da legislação vigente, visando à prestação de serviços técnicos especializados para a realização de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis pertencentes ao patrimônio da Administração Municipal. A solução proposta busca assegurar a adequada gestão patrimonial, promovendo a destinação eficiente dos bens públicos, com observância aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e economicidade.

A solução como um todo compreende a execução integrada de atividades técnicas e operacionais inerentes à realização de leilões públicos, as quais serão desempenhadas pelos leiloeiros credenciados, sob a supervisão da Administração. Dentre as atribuições, destacam-se: a avaliação preliminar dos bens a serem alienados, o apoio na organização dos lotes, a elaboração de catálogos e materiais informativos, a ampla divulgação dos certames em meios físicos e digitais, a disponibilização de plataforma eletrônica para realização de leilões, quando aplicável, bem como a condução das sessões públicas de arrematação.

Inclui-se, ainda, no escopo da contratação, a responsabilidade pela adoção de procedimentos que assegurem a lisura, a publicidade e a competitividade dos leilões, tais como o cadastramento de interessados, a verificação das condições de participação, o recebimento de lances, a condução transparente da disputa, a formalização das arrematações e o suporte às etapas subsequentes, até a efetiva transferência dos bens aos arrematantes, conforme as diretrizes estabelecidas pela Administração.

A solução contempla também a atuação do leiloeiro como agente facilitador entre a Administração e o mercado, ampliando a visibilidade dos bens a serem alienados e potencializando a obtenção de melhores resultados financeiros. Ressalta-se que a remuneração do leiloeiro ocorrerá mediante comissão a ser paga exclusivamente pelo arrematante, nos termos da legislação de regência, não gerando ônus direto aos cofres públicos.

Por fim, o modelo de credenciamento adotado permitirá a formação de um cadastro de leiloeiros aptos, possibilitando à Administração selecionar, dentre os credenciados, aquele que conduzirá cada certame, conforme critérios previamente estabelecidos, assegurando rotatividade, isonomia e eficiência na execução dos serviços.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Diante do exposto, verifica-se que a solução proposta se mostra adequada, eficiente e plenamente compatível com as necessidades da Administração Municipal, ao viabilizar a alienação de bens públicos de forma organizada, transparente e economicamente vantajosa. O credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, com a definição clara de suas atribuições e responsabilidades, constitui medida que assegura a correta execução dos leilões, a maximização dos resultados e a observância do ordenamento jurídico aplicável, configurando-se, assim, como a alternativa mais apropriada para o atendimento do interesse público.

## 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

A contratação possibilitará a obtenção de diversos benefícios, tanto em caráter geral, voltados à administração pública como um todo, quanto em caráter específico, relacionados diretamente à gestão do patrimônio municipal. Esses benefícios refletem-se na eficiência administrativa, na transparência dos atos, na otimização dos recursos e na maximização dos resultados financeiros, sempre em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entre os principais benefícios, destacam-se:

### **Benefícios Gerais:**

**Transparência Administrativa:** a realização do leilão por Leiloeiro Oficial garante maior visibilidade e publicidade do processo, fortalecendo a credibilidade da Administração perante a sociedade.

**Eficiência na Gestão Pública:** permite que os bens inservíveis ou imóveis desafetados sejam destinados de forma rápida e eficaz, evitando o acúmulo de patrimônio improdutivo.

**Segurança Jurídica:** a condução por profissional habilitado assegura que todas as etapas do leilão ocorram em conformidade com a legislação vigente, reduzindo riscos de questionamentos ou nulidades.

**Aumento da Competitividade:** com ampla divulgação e abertura à participação de interessados, há maior concorrência, refletindo em melhores resultados de arrematação.

**Otimização de Recursos Públicos:** ao evitar custos de manutenção e armazenamento de bens sem utilidade, o Município direciona seus recursos para áreas prioritárias.

### **Benefícios Específicos:**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**

## *ESTADO DO PARANÁ*

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

**Geração de Receita Extraordinária:** os valores arrecadados com as arrematações retornam ao Município, contribuindo para investimentos em serviços essenciais.

**Liberação de Espaços Públicos:** com a alienação de bens inservíveis, há a desocupação de áreas físicas que podem ser reaproveitadas para atividades administrativas ou serviços à população.

**Profissionalização do Processo de Leilão:** a contratação de Leiloeiro Oficial garante que todas as fases sejam conduzidas por especialista, com uso de sistemas tecnológicos e metodologias próprias.

**Redução de Passivos Patrimoniais:** imóveis ou bens que não atendem ao interesse público deixam de gerar custos ou riscos de depreciação, sendo convertidos em receita.

**Melhoria da Imagem Institucional:** a adoção de mecanismos modernos e transparentes reforça a imagem da Prefeitura como gestora responsável e comprometida com a legalidade e a eficiência.

Em resumo, esses benefícios evidenciam a importância da contratação, não só atendendo às necessidades imediatas, mas também traz benefícios significativos a longo prazo, oferecendo uma gama abrangente de benefícios, tanto gerais quanto específicos, a combinação de benefícios gerais e específicos proporcionada pela contratação desses serviços, garantindo eficiência e qualidade, o município não apenas atende às suas responsabilidades legais, mas também envolve melhorias operacionais, redução de riscos e contribuição direta para a preservação do meio ambiente e o bem-estar social.

### **13. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

A previsão dos resultados a serem alcançados com a adoção do Chamamento Público para credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais é fundamental para evidenciar a viabilidade e a vantagem da medida em relação ao interesse público. A alienação de bens móveis inservíveis e de imóveis desafetados, quando conduzida por profissionais especializados e devidamente habilitados, representa não apenas a regularização e racionalização do patrimônio da Prefeitura Municipal de Borrazópolis, mas também a ampliação da competitividade dos certames e a maximização dos resultados financeiros obtidos. Assim, projeta-se que o credenciamento possibilitará ganhos financeiros, operacionais e institucionais, com reflexos diretos na melhoria da eficiência administrativa e no atendimento às demandas da coletividade.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

A seguir, destacam-se os principais resultados e impactos esperados com a implementação da solução:

**Resultados Financeiros:** Incremento da receita pública por meio da realização de leilões mais competitivos e amplamente divulgados, possibilitados pela atuação de Leiloeiros Públicos Oficiais com experiência e capacidade de alcance de mercado. Redução de custos relacionados à guarda, manutenção e conservação de bens inservíveis, que deixam de gerar despesas ao erário. Conversão de ativos improdutivos em recursos financeiros passíveis de aplicação em políticas públicas prioritárias.

**Resultados Administrativos:** Otimização da gestão patrimonial, com a adequada baixa de bens inservíveis e atualização dos registros municipais. Maior agilidade na realização dos leilões, em razão da existência de um cadastro de profissionais previamente habilitados, aptos a serem acionados conforme a demanda. Redução da sobrecarga do corpo técnico municipal, que passa a contar com apoio especializado para a condução dos certames, sem necessidade de estrutura própria para tal finalidade.

**Resultados Operacionais:** Ampliação da capacidade de realização de leilões, inclusive de forma simultânea ou contínua, em razão do credenciamento de múltiplos leiloeiros. Maior eficiência na organização, divulgação e condução dos certames, com utilização de ferramentas tecnológicas e estratégias de mercado adequadas. Padronização dos procedimentos, garantindo maior controle e rastreabilidade das etapas do processo.

**Resultados Sociais e Institucionais:** Fortalecimento da transparência e da credibilidade da Administração Pública, com processos amplamente divulgados e acessíveis ao público interessado. Ampliação da participação de licitantes, promovendo maior isonomia e democratização do acesso aos leilões. Destinação adequada do patrimônio público, com reversão dos valores arrecadados em benefício da coletividade, contribuindo para o desenvolvimento local.

Em síntese, a adoção do credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais proporcionará à Prefeitura Municipal de Borrazópolis resultados expressivos sob os aspectos financeiro, administrativo e institucional. A medida possibilita maior eficiência na alienação de bens públicos, otimização da gestão patrimonial e incremento de receitas, além de fortalecer a transparência e a governança. Dessa forma, os resultados projetados demonstram que a solução atende plenamente ao interesse público, consolidando-se como alternativa estratégica, viável e vantajosa para a Administração Municipal.

## 14. PROVIDÊNCIA A SEREM ADOTADAS ANTES DA CONTRATAÇÃO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e o fiscal de contrato deverão ser formalmente cientificados, da indicação e das respectivas atribuições.

Fica aqui como sugestão de boa prática, antes de montar o Termo de Referência conferir novamente as quantidades necessárias.

## 15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há contratações correlatas para o objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP.

## 16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Análise de Risco:

Essa análise permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: **i.** a probabilidade de ocorrência dos eventos; **ii.** os possíveis danos potenciais; **iii.** possíveis ações preventivas e contingências; e **iv.** identificação de responsáveis por ação.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento:

Risco 1 - Baixa adesão de leiloeiros ao credenciamento	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Restrição do universo de profissionais habilitados, comprometendo a eficiência do modelo de credenciamento;</li><li>➤ Redução das opções na distribuição da demanda.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Elaboração de edital claro, objetivo e juridicamente consistente, evitando cláusulas restritivas à competitividade;</li><li>➤ Ampla divulgação do chamamento público em Diário Oficial, sítio eletrônico do Município e outros meios institucionais;</li><li>➤ Utilização de canais complementares, como associações de leiloeiros, juntas comerciais e redes profissionais;</li><li>➤ Estabelecimento de prazo razoável para credenciamento, permitindo adequada participação dos interessados.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Revisão de eventuais exigências que possam estar restringindo a participação;</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Intensificação das estratégias de divulgação;</li><li>➤ Avaliação da adoção de medidas complementares para atratividade do credenciamento, observada a legalidade.</li></ul>
--	--

## Risco 2 - Habilitação de leiloeiro sem qualificação adequada

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Comprometimento da regularidade e da lisura dos procedimentos de leilão;</li><li>➤ Risco de condução inadequada das sessões, com falhas técnicas ou procedimentais;</li><li>➤ Possibilidade de anulação de atos administrativos e dos leilões realizados;</li><li>➤ Responsabilização administrativa dos gestores por falha na fiscalização e habilitação;</li><li>➤ Prejuízos financeiros decorrentes de arrematações mal conduzidas ou invalidadas;</li><li>➤ Abalo à credibilidade institucional perante o mercado e órgãos de controle.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Definição criteriosa dos requisitos de habilitação técnica e jurídica;</li><li>➤ Conferência rigorosa da documentação apresentada, inclusive registros em Junta Comercial;</li><li>➤ Verificação de regularidade fiscal e profissional;</li><li>➤ Possibilidade de diligências para esclarecimento de informações.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Instauração de procedimento administrativo para apuração de irregularidades;</li><li>➤ Suspensão cautelar ou descredenciamento do profissional;</li><li>➤ Convocação de outro leiloeiro credenciado;</li><li>➤ Comunicação aos órgãos competentes, quando cabível.</li></ul>

## Risco 3 - Falhas na condução do leilão (operacionais ou procedimentais)

Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nulidade total ou parcial do certame, com necessidade de repetição do leilão;</li><li>➤ Prejuízos financeiros ao erário em razão de arrematações anuladas ou subavaliadas;</li><li>➤ Atrasos na conclusão dos processos de alienação;</li><li>➤ Judicialização por parte de participantes prejudicados;</li><li>➤ Comprometimento da transparência e da confiança dos interessados;</li><li>➤ Responsabilização do leiloeiro e, subsidiariamente, da Administração por falha na supervisão.</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Estabelecimento detalhado das obrigações do leiloeiro no edital e termo de credenciamento;</li><li>➤ Padronização dos procedimentos operacionais;</li><li>➤ Fiscalização e acompanhamento pela Administração durante todas as etapas;</li><li>➤ Exigência de utilização de sistemas/plataformas confiáveis e auditáveis.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Suspensão imediata do leilão em caso de irregularidade relevante;</li><li>➤ Anulação do certame, quando verificado vício insanável;</li><li>➤ Realização de novo leilão;</li><li>➤ Aplicação de penalidades contratuais ao leiloeiro responsável.</li></ul>

## Risco 4 - Baixa competitividade nos leilões realizados

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Arrematação dos bens por valores inferiores ao potencial de mercado;</li><li>➤ Redução da arrecadação pública decorrente da alienação;</li><li>➤ Ineficiência econômica do procedimento;</li><li>➤ Possível questionamento por órgãos de controle quanto à vantajosidade da alienação;</li><li>➤ Necessidade de repetição de leilões, com aumento de custos operacionais indiretos;</li><li>➤ Desestímulo de futuros participantes em razão de baixa atratividade dos certames.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Exigência de ampla divulgação dos leilões em meios físicos e digitais;</li><li>➤ Utilização de plataformas eletrônicas com grande alcance;</li><li>➤ Organização adequada dos lotes, com informações completas e atrativas;</li><li>➤ Definição de valores mínimos compatíveis com o mercado.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Reavaliação da estratégia de divulgação adotada;</li><li>➤ Revisão dos valores mínimos dos bens;</li><li>➤ Designação de outro leiloeiro credenciado para novo certame;</li><li>➤ Repetição do leilão com ajustes que ampliem a competitividade.</li></ul>

## Risco 5 - Questionamentos ou impugnações ao edital

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Baixo
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Suspensão ou atraso no andamento do processo de credenciamento;</li><li>➤ Necessidade de revisão e republicação do edital;</li><li>➤ Comprometimento do cronograma de alienação de bens;</li><li>➤ Aumento da carga administrativa e retrabalho dos setores</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>envolvidos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Risco de judicialização do certame;</li><li>➤ Insegurança jurídica quanto à condução do procedimento.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Elaboração do edital com fundamentação técnica e jurídica consistente;</li><li>➤ Revisão prévia pelos setores competentes (jurídico e técnico);</li><li>➤ Clareza e objetividade nas cláusulas;</li><li>➤ Observância estrita à legislação e entendimentos dos órgãos de controle.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Análise célere das impugnações e pedidos de esclarecimento;</li><li>➤ Suspensão do certame, se necessário;</li><li>➤ Retificação do edital e republicação;</li><li>➤ Reabertura de prazos para assegurar isonomia.</li></ul>

## Risco 6 - Problemas na formalização das arrematações

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Invalidade ou ineficácia dos atos de arrematação;</li><li>➤ Dificuldades na transferência da propriedade dos bens;</li><li>➤ Risco de litígios com arrematantes;</li><li>➤ Necessidade de retrabalho administrativo para regularização documental;</li><li>➤ Possível perda de receitas caso a arrematação seja desfeita;</li><li>➤ Comprometimento da rastreabilidade e da segurança jurídica do processo.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Padronização dos termos de arrematação e demais documentos;</li><li>➤ Orientação prévia aos arrematantes quanto às condições e obrigações;</li><li>➤ Supervisão da Administração na formalização dos atos;</li><li>➤ Utilização de sistemas que garantam rastreabilidade e segurança das informações.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Regularização administrativa de eventuais inconsistências;</li><li>➤ Notificação das partes envolvidas para saneamento;</li><li>➤ Anulação do ato, quando necessário;</li><li>➤ Repetição do procedimento afetado.</li></ul>

## 17. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados.

Impacto	Probabilidade
---------	---------------





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

	Sem impacto	Baixa	Médio	Alto
Baixo		Risco 5		
Médio		Risco 1, 4 e 6		
Alto		Riscos 2,	Riscos 3,	

## 18. IMPACTO AMBIENTAL

A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Permite, dessa forma, o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade.

As contratações públicas sustentáveis previstas na Lei n.º 14.133/2021 têm relação com o ODS 12 – “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, em sua meta n.º 7, que é a de “promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.” (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 4ª Edição. Distrito Federal. 2021).

Portanto, em detrimento dos regulamentos em vigor, devem para a execução dos serviços seguir elementos de baixo impacto ambiental, em especial de:

- i. Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA N.º 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- ii. Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA N.º 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;
- iii. Atender, no que couber, à Resolução CONATRAM N.º 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade, e,
- iv. Adotar mecanismos e procedimentos de uso racional de água e energia elétrica e utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, conforme estabelece o Decreto N.º 2.830-R de 19/08/2011.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**

## **ESTADO DO PARANÁ**

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Destarte, será de responsabilidade da empresa integrar aspectos socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, os direitos humanos.

No presente caso, o objeto consiste na prestação de serviços técnicos especializados voltados à organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis pertencentes ao Município. Trata-se, portanto, de atividade de natureza eminentemente administrativa e operacional, que não envolve execução de obras, intervenções físicas no meio ambiente ou utilização direta de recursos naturais.

Ademais, as atividades a serem desempenhadas — tais como organização documental, divulgação, condução de sessões públicas e intermediação da alienação — não possuem potencial poluidor ou degradador, tampouco ensejam geração significativa de resíduos, emissões ou qualquer forma de impacto ambiental relevante.

Importa destacar, ainda, que a própria alienação de bens móveis inservíveis pode, indiretamente, contribuir para a melhoria da gestão ambiental, na medida em que promove a adequada destinação de materiais ociosos, evitando acúmulo indevido e possibilitando sua reutilização, reaproveitamento ou descarte adequado por terceiros.

Portanto, conclui-se que a contratação pretendida não apresenta impacto ambiental relevante, sendo dispensável a adoção de medidas específicas de mitigação ou compensação ambiental. Não obstante, permanece o dever geral da Administração e dos contratados de observar a legislação ambiental aplicável, sempre que pertinente, especialmente no que se refere à destinação final dos bens alienados, quando couber.

Inferi-se, portanto, que a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar se considera viável, não gerará impactos ambientais.

### **19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO - CONCLUSÃO**

Pelo exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência, evitando assim os transtornos provenientes de uma contratação sem análise prévia de atendimento às exigências aqui estipuladas.

Considerando, que os requisitos da fase de planejamento do estudo técnico preliminar foram objetivamente definidos e a solução encontrada mostra-se adequada para o atendimento da necessidade, resta demonstrada a viabilidade da contratação, na forma identificada neste instrumento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

---

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Não havendo impedimentos ou vícios e constatada a necessidade e conveniência da presente contratação, declarasse-se o Presente Estudo Técnico Preliminar como viável.

Borrazópolis/PR, 19 de março de 2026.

---

**Josiane Aparecida dos Santos**  
Secretária Municipal de Administração e Finanças